

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Frederico César Linhares Teixeira

**PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA
VIDA SILVESTRE (ICB/UFMG): DESAFIOS EM BUSCA DA
EXCELÊNCIA ACADÊMICA**

Belo Horizonte

2013

Frederico César Linhares Teixeira

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA VIDA SILVESTRE (ICB/UFMG): DESAFIOS EM BUSCA DA EXCELÊNCIA ACADÊMICA

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Instituições Federais de Educação Superior da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Linha de pesquisa: Gestão & Educação

Orientadora: Profa. Dra. Suzana S. Gomes

Belo Horizonte

2013

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA VIDA SILVESTRE (ICB/UFMG): DESAFIOS EM BUSCA DA EXCELÊNCIA ACADÊMICA

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Instituições Federais de Educação Superior da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Suzana S. Gomes

Aprovado em 11 de julho de 2013

BANCA EXAMINADORA

Suzana dos Santos Gomes (Faculdade de Educação da UFMG)

Maria do Carmo Lacerda Peixoto (UFMG)

RESUMO

Este projeto apresenta uma proposta de intervenção junto ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre (PPG-ECMVS) do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, no tocante aos aspectos valorizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) para avaliação e atribuição de conceitos. Optou-se pela metodologia qualitativa embasada em projetos educacionais que prevê a realização de reuniões e audiências públicas entre colegiado, coordenação, orientadores, alunos e pessoal técnico-administrativo para a elaboração de medidas e políticas que vislumbram o desenvolvimento do programa, bem como o atendimento às exigências da CAPES, para elevação do conceito do PPG-ECMVS, o que implicará em um maior aporte de recursos e maior visibilidade para o programa. Na primeira etapa realizou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão. A segunda etapa consistiu na elaboração de um plano de ação a partir dos eixos: diagnóstico, planejamento de metas e indicadores e resultados. O referencial teórico foi composto por autores que abordam o tema avaliação em programas de pós-graduação. Entre eles destacam-se: Gatti, *et al.* (2003), Santos (2003), Moreira, Hortale e Hartz (2004), Kuenzer e Morais (2005). A expectativa é que esse projeto promova mudanças positivas no referido programa, com conseqüente elevação de sua nota na CAPES para seis. Espera-se ainda que o projeto contribua igualmente para outros PPG's da UFMG que buscam a excelência acadêmica.

Palavras-chave: avaliação, pós-graduação, programas, capes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. JUSTIFICATIVA.....	06
3. OBJETIVOS.....	13
3.1. Objetivo Geral.....	13
3.2. Objetivos Específicos.....	13
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
5. METODOLOGIA.....	23
5.1. Plano de Ação.....	27
5.2. Cronograma.....	28
6. ORÇAMENTO.....	29
7. PARTICIPANTES DO PROJETO	29
8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	30
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	30
ANEXOS.....	33

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de intervenção surgiu como proposta de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Especialização em Gestão de Instituições Federais de Ensino Superior (GIFES), ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e originou-se dos desafios encontrados pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre (PPG-EMCVS) na elaboração dos relatórios de coleta de dados (DATA CAPES) para a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), bem como da possibilidade de o referido programa atender as exigências dessa agência para alcançar o conceito seis na avaliação trienal 2013-2015.

Desde novembro de 2008 atuo como Secretário Acadêmico do PPG-EMCVS. Nos últimos anos, registrou-se, na elaboração dos relatórios do referido programa, a incidência de diversas dificuldades de acesso a informações consideradas de extrema relevância para a avaliação da CAPES. Tendo em vista que o autor do presente trabalho é um dos responsáveis diretos pelo preenchimento desse relatório, decidi-me empreender tal projeto a fim de superar os citados problemas. Nesse sentido, a questão aqui tratada é parte integrante de sua rotina de trabalho há quatro anos, possuindo, portanto, relação direta com uma de suas mais relevantes tarefas no PPG-EMCVS. Em âmbito global, o presente projeto visa também traçar metas de aspecto acadêmico-científico e gerencial, a fim de que sejam atendidas as atuais exigências da CAPES para a elevação da atual nota PPG-EMCVS nessa agência.

2. JUSTIFICATIVA

Através do relatório “Coleta de Dados Ano Base 2011¹” (DATA CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, entregue à CAPES, sabe-se que este Programa foi criado em 1989, com a instituição do

¹ RELATÓRIO da Coleta de Dados Ano Base 2011 do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, arquivo eletrônico disponível na Secretaria do PPG-EMCVS/ICB/UFMG, Belo Horizonte. 1cd.

Curso de Mestrado pelos Departamentos de Biologia Geral, Botânica e Zoologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG, sendo que em 1997, foi criado o Curso de Doutorado nessa mesma área de concentração. Na “Ficha de Avaliação do Programa²” ECMVS, referente ao triênio 2007-2009, afirma-se este programa como um dos mais tradicionais do Brasil, na área da ecologia. Próximo de completar 25 anos de existência, o PPG-ECMVS formou, ao longo de sua trajetória, 298 mestres e 96 doutores. Por ser sediado em três departamentos distintos do ICB-UFMG, o programa exhibe, desde o seu nascedouro, um viés multidisciplinar, como se pode apreender no relatório supracitado:

[...] o Programa já nasceu com uma vocação múltipla, mas também com uma visão inovadora na época, de focar sua atuação na aplicabilidade de conhecimento acadêmico para a conservação da biodiversidade brasileira. (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados, Ano Base 2011).

O declínio da diversidade biológica é o principal problema ao qual se dedica o PPG-ECMVS. Os critérios para o planejamento da grade curricular do programa e a montagem de seu corpo docente miram sempre a formação de egressos capazes de encontrar soluções que minimizem esses danos ambientais, sem que tais medidas incorram no atraso do desenvolvimento das nações. O PPG-ECMVS considera ainda que uma abordagem multidisciplinar dos impactos ambientais se faz indispensável para a lida com os problemas do mundo atual. Nesse sentido, o ponto central de sua proposta, bem como o perfil do egresso que espera obter, como resultado de seu planejamento pedagógico apresenta o seguinte:

[...] O PPG ECMVS tem como objetivo a formação de mestres e doutores capazes de atuar na busca de estratégias ambientalmente sustentáveis para desenvolvimento social e econômico e encontrar soluções para os problemas ambientais da sociedade moderna, utilizando bases ecológicas para conservação e manejo da vida silvestre. [...] Para isto acontecer, é fundamental a abordagem multidisciplinar, que como dito acima foi base da criação do nosso Programa. (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados, Ano Base 2011).

Ainda nessa busca por uma abordagem ambiental diversificada, o PPG-ECMVS vem, nos últimos anos, adotando uma série de iniciativas que visam a aumentar, de

² FICHA de Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, Avaliação Trienal de 2010, enviada em anexo ao Ofício 239/10, de 13 de Setembro de 2010, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, arquivo eletrônico disponível na Secretaria do PPG-ECMVS/ICB/UFMG, Belo Horizonte. 1cd.

maneira equilibrada, o seu repertório de disciplinas e projetos de pesquisa. Isso tem sido feito através de uma ampliação do quadro de docentes permanentes e pelo credenciamento de orientadores colaboradores para áreas carentes do Programa:

[...] Neste sentido, ao longo dos últimos anos, o PPG ECMVS ampliou o número de docentes credenciados, de forma a abranger uma variedade maior de temas e oferecer aos nossos alunos uma formação mais ampla em conservação da biodiversidade. (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados, Ano Base 2011).

Não menos importante para essa multidisciplinaridade tem sido a crescente participação de docentes e pesquisadores estrangeiros no programa, seja na oferta de disciplinas, na avaliação de projetos de pesquisa, na apresentação de palestras ou na participação em oficinas e *workshops* (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados, Ano Base 2011).

Outro ponto de destaque é a crescente participação de bolsistas de pós-doutoramento no incremento das linhas de pesquisa do programa (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados, Ano Base 2011). O resultado de todas essas ações tem sido, em última análise, a ampliação da oferta de disciplinas e de vagas para orientação, a chegada de novas áreas do conhecimento ecológico ao PPG-ECMVS e, por conseguinte, a absorção de maiores e mais diversificados quadros discentes:

[...] Com o aumento do corpo docente, mais e mais variadas disciplinas puderam ser oferecidas aos nossos alunos e os problemas ambientais puderam ser abordados sob diferentes óticas. [...] A ampliação do corpo docente também nos permitiu ampliar o número de vagas para discentes no curso, atendendo à crescente demanda de candidatos para esta área de atuação e à política do governo federal. [...] Neste sentido, ampliamos de 20 para 45 vagas para ingresso no mestrado em 2010 e 36 em 2011, e de 14 para 35 vagas para ingresso no doutorado em 2010 e também em 2011. (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados, Ano Base 2011).

Em sua última avaliação na CAPES, referente ao período de 2007 a 2009, o PPG-ECMVS obteve nota “cinco”, a mesma conquistada no triênio anterior (2004 a 2006). O programa obteve, em sua última avaliação, o conceito “muito bom” em todos os quesitos julgados, exceto no item “visibilidade”, em virtude de problemas relativos à sua *web page*, que já foram contornados (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados Ano Base 2011). Nessa avaliação, os quesitos julgados pela CAPES foram:

- O número de defesas de teses e dissertações no intervalo de tempo avaliado, em relação à quantidade de orientadores permanentes e ao total de alunos regularmente matriculados;

- O grau de homogeneidade do número de orientandos por orientador permanente;
- A qualidade das teses e dissertações e da produção com autoria discente nos diferentes níveis do ensino superior;
- O tempo médio de titulação de mestres e doutores e o percentual de bolsistas titulados;
- A qualidade da produção intelectual dos professores permanentes no programa;
- O grau de homogeneidade da qualidade da produção acadêmica dos docentes permanentes do Programa;
- Os produtos técnicos, patentes e outras modalidades de produção consideradas relevantes;
- A inserção social do programa e sua relevância para sua região e para o país;
- A parceria com outros programas e instituições de pesquisa e o desenvolvimento profissional relacionado à Ecologia, com o objetivo do desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação;
- A capacidade do programa em proporcionar acesso público e fidedignidade às informações que a ele se refere.

Em suas apreciações, registradas na denominada “ficha de avaliação”, o então “Comitê de Avaliação da Área de Ecologia e Meio Ambiente” apontou para uma série de aspectos positivos do PPG-ECMVS no triênio 2007-2009. Segundo os avaliadores, pode-se destacar que o programa apresentou uma distribuição equilibrada dos projetos entre as linhas de pesquisa e possui uma boa oferta anual de disciplinas. A infraestrutura do PPG-ECMVS foi também avaliada satisfatoriamente. O referido comitê destacou ainda a formação diversificada dos docentes do programa, o que confirmou a composição de um programa interdisciplinar. A proporção de discentes titulados pelo número total de discentes matriculados foi bem avaliada e a “Produção Técnica” foi considerada “muito boa”. Foi ainda destaque a produção intelectual do programa, a integração entre a graduação e a pós-graduação, em virtude das publicações envolvendo co-autorias por parte dos discentes desses dois níveis. Ainda sobre essa produção do PPG-ECMVS, foi citada a ascendência no número de publicações por docente:

[...] Os docentes permanentes produziram 213 artigos no triênio. O número médio de artigos publicados por docente permanente por ano foi de 3,6, sendo de 3,3 por permanente em 2007, 3,6 em 2008 e 4,0 em 2009, indicando uma tendência de crescimento da quantidade de artigos publicados por docente. (CAPES, Ficha de Avaliação do Programa, Avaliação Trienal 2010).

No que diz respeito ao aspecto “Inserção Social”, o programa obteve um retorno muito positivo de suas iniciativas:

[...] O Programa possui uma série de ações que indicam a inserção e impacto nas comunidades da região. Oferece cursos de Ensino à Distância. [...] O Programa tem três Casadinhos e quatro PROCAD e possui colaborações com instituições nacionais e no exterior. Um número expressivo de docentes atua em outros Programas de Pós-Graduação. (CAPES, Ficha de Avaliação do Programa, Avaliação Trienal 2010).

As ações às quais o Comitê de Avaliação fez referência fazem alusão principalmente às iniciativas do PPG-ECMVS em promover a estruturação de diversos cursos brasileiros de pós-graduação em ecologia, além de parcerias³ com outras organizações ambientais.

A avaliação trienal realizada em 2010 apontou ainda alguns desafios a serem enfrentados pelo PPG-ECMVS. Dentre eles, o quesito “visibilidade” recebeu pontuação inferior, uma vez que a CAPES considerou que várias informações fundamentais sobre as atividades do programa não constavam em sua *web page*. A partir dessa avaliação, o Colegiado do PPG-ECMVS empreendeu uma série de esforços para completar e atualizar a página do programa. Atualmente, ela se encontra mais completa e atualizada.

O tempo de titulação foi outro aspecto fundamental apontado pela CAPES em avaliações anteriores. Este indicador foi considerado, durante boa parte da história do PPG-ECMVS, um gargalo em seu desempenho. Entretanto, esta tendência se inverteu, a

³ [...] Visando a ampliar a colaboração com outros Programas de PG, estamos realizando um projeto PROCAD-NF com a UFS e outro com a UEPB e UFC, com intercâmbio de docentes e discentes, oferecimento de disciplinas e atividades de pesquisa. [...] Temos atuado estreitamente aos programas da UFOP, UnB, UFMS, UFLA, UFMT, UFMS, UFG, PUC-Minas, entre outros, em projetos de pesquisa, projetos (co-orientação) de pós-graduandos, participações em bancas, participações em cursos de campo. Também estamos trabalhando junto aos órgãos ambientais governamentais, como IEF e ICMBio, para desenvolvimento de projetos e realização de cursos de campo e outras disciplinas em Unidades de Conservação. [...] A colaboração com ONGs (Conservação Internacional, Instituto Pró-Carnívoros, Projeto Manuelzão/UFMG, Instituto Biotrópicos etc.) e empresas (PETROBRAS, CEMIG, COPASA, GERDAU, Açominas, Algo Gold Ashanti Mineração, Iveco Latin American etc.) têm possibilitado parcerias técnicas, cooperação acadêmica e captação de bolsas para discentes e financiamento de projetos de pesquisa com enfoque aplicado e multidisciplinar. [...] Alguns de nossos docentes e discentes têm sido beneficiados pelos Acordos de Cooperação Institucional que temos entre a UFMG e a Universidade de Coimbra (Portugal), Technische Universität Darmstadt (Alemanha), Universidade Nacional Autónoma (México), Universidade Nacional (Costa Rica), Universidade de Avignon (França), Oregon State University, Cornell University e US Environmental Protection Agency (EUA) e Universidade de Barcelona (Espanha). A PG ECMVS tem trabalhado no sentido de atrair pós-graduandos de outros países da América Latina (Costa Rica, Guatemala, Argentina, Colômbia, México), África e Europa (França), através do Programa PEC (CNPq e CAPES), doutorado co-tutela (França) e apoio OEA (Organização dos Estados Americanos). (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados Ano Base 2011).

partir do ano de 2008, quando o colegiado do programa deflagrou um conjunto de iniciativas visando a suprimir o atraso na titulação de mestres e doutores:

[...] Um dos problemas que afligia o Programa num passado recente é o tempo de titulação, principalmente para os candidatos ao doutorado, bem acima da média recomendada. Após grande esforço do Colegiado do curso, este problema foi solucionado, de forma que atualmente todos os alunos defenderam ou estão com defesas agendadas. (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados, Ano Base 2011).

É bem verdade que os resultados desses esforços começaram a ser colhidos há pouco tempo, tanto que na última avaliação trienal do programa ainda se fazia referência a esta questão: [...] “Houve uma redução no tempo de titulação ao longo do triênio, porém o tempo médio no triênio ainda é alto para o doutorado” (CAPES, Ficha de Avaliação Trienal do Programa, 2010). Dados atualizados do ano de 2012 (informação verbal)⁴ sobre o tempo de titulação mostram que tal questão já foi superada pelo PPG-ECMVS. Segundo esses indicadores, o tempo médio de titulação atualmente é de 25 meses no Mestrado e 47 meses para o Doutorado, ambos valores contidos dentro da faixa considerada como muito boa pela CAPES.

A última avaliação trienal, entretanto, traz outros pontos desafiantes para o PPG-ECMVS. O primeiro deles é a concentração das publicações num grupo pequeno de docentes do corpo permanente, embora a CAPES tenha sinalizado para um crescimento da produção intelectual do programa. A distribuição mais equilibrada da produção intelectual não consiste na única meta do PPG-ECMVS para a próxima avaliação trienal (2010-2012). A melhoria na qualidade das publicações e o incremento da produção discente com a co-autoria dos orientadores são também preocupações atuais (PPG-ECMVS, Proposta do Programa, Coleta de Dados, Ano Base 2011). Esse desafio tem sido enfrentado através de medidas do programa, tais como o acompanhamento de projetos de pesquisa por tutores e o apoio financeiro aos alunos, principalmente no que tange o custeio de despesas de campo. No caso do Doutorado, duas significativas ações foram adotadas pelo Colegiado. O exame de qualificação passou a ocorrer por meio da defesa de um artigo publicável em periódicos classificados, pelo menos no patamar “B2” no Qualis CAPES ou, então, que já esteja aceito ou publicado nessas mesmas

⁴ Informações repassadas pelo Coordenador do PPG-ECMVS, Prof. Adriano Pereira Paglia, ao corpo docente do Programa em reunião realizada na sala 236, bloco L3/ICB/UFMG, às 14 horas do dia oito de novembro de 2012.

condições. Outra iniciativa está prevista no regimento⁵ do programa, publicado em 2012. O Artigo 85º destaca que os alunos do Doutorado somente estarão aptos a defender a tese de doutoramento após a publicação de artigo em periódico com classificação de nível mínimo B1.

Importantes mudanças ocorreram na CAPES nos três últimos anos, sobretudo para o PPG-ECMVS, com a criação da Área de Biodiversidade, na qual o programa está atualmente inserido. Em reunião de área realizada em Brasília entre os dias cinco e seis de novembro de 2012, presidida pelo Coordenador da Área de Biodiversidade, o Sr. Marcelo Tabarelli, foram discutidos, com os coordenadores dos programas de ecologia, os critérios que deverão ser utilizados para a próxima avaliação trienal. Das definições então estabelecidas no referido encontro, foi destacado aos coordenadores de programas o caráter concorrencial da próxima avaliação trienal, ou seja, os programas terão a atribuição de seus conceitos baseada naquilo que produzem, em comparação com os demais congêneres. Nesse sentido, o coordenador da Área de Biodiversidade informou aos participantes do encontro sobre a possibilidade de ampliação do número de programas com conceitos “seis” e “sete”. Tal fato aumentaria as possibilidades dos PPG’s com conceito “cinco” de alcançarem nota superior na CAPES. Comprometido com a qualidade e desenvolvimento do programa, o Colegiado do PPG-ECMVS entende que a possibilidade de elevação é uma meta possível de ser alcançada na próxima avaliação.

Entretanto, sabe-se que a trajetória trienal de um PPG deve ser registrada no relatório DATA CAPES que, por sua vez, é o instrumento através do qual o programa será julgado pelo seu respectivo Comitê de Avaliação de Área. Dessa forma, o ideal é que tal relatório seja o mais completo possível e, portanto, fiel ao que de fato transcorreu no PPG durante o período sobre o qual será avaliado.

Nesse sentido, vale ressaltar um desafio a ser superado pelo PPG-ECMVS: o relatório DATA CAPES do programa vem apresentando problemas em aspectos críticos que serão utilizados para a atribuição das notas dos PPG’s, conforme constatações apontadas na supracitada reunião. Uma vez que a elevação de conceito do programa na CAPES é uma meta plausível, é indispensável o preenchimento dessas lacunas no PPG-ECMVS, de maneira que não sejam desperdiçados os esforços até então empreendidos.

⁵ Modificação e Adequação do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, publicado em setembro de 2012, disponível em <https://www.ufmg.br/pos/ecologia/index.php/regimento>. 22 p.

Nessa perspectiva o presente trabalho se mostra relevante, uma vez que tem como foco o estudo dos obstáculos encontrados pelo PPG-ECMVS em produzir relatórios que expressem as realizações do Programa perante a avaliação da CAPES. Tendo em vista os fatos aqui relatados, o objetivo geral deste projeto de intervenção é elaborar um plano estratégico que contribua para a superação dos limites indicados nas últimas avaliações.

Finalmente vale ressaltar que, embora esteja com as atenções voltadas especificamente para a realidade do PPG-ECMVS, o presente estudo poderá ser de grande valia para outros programas de pós-graduação da UFMG e do Brasil, visto que, em linhas gerais, o modelo de avaliação aplicado pela CAPES é o mesmo para todos os PPG's, salvo peculiaridades de cada Área de Conhecimento.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

- Promover a reestruturação nas ações administrativas e acadêmicas no PPG-ECMVS, tendo em vista a melhoria no acesso e na organização dos dados fornecidos à CAPES para o processo de avaliação.

3.2. Objetivos Específicos

- Realizar levantamento de dados junto aos docentes e alunos do Programa a fim de mapear as dificuldades encontradas para fornecer os dados avaliativos do seu engajamento no Programa;
- Apurar junto aos responsáveis pelo preenchimento do DATA-CAPES dos PPG's da UFMG com conceito CAPES 6 e 7, as principais estratégias de sucesso adotadas por esses programas;
- Estabelecer junto ao colegiado do PPG-ECMVS metas para obtenção de melhoria no conceito de avaliação da Capes;
- Estabelecer regulamentações e adotar políticas próprias de programas de pós-graduação bem sucedidos, tendo em vista a melhoria no conceito junto à Capes;
- Elaborar um plano de ação que permita superar os limites apontados nas últimas avaliações da Capes.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os primeiros estudos brasileiros de pós-graduação remontam à década de 1930, período no qual as atividades de ensino, pesquisa e extensão eram restritas aos docentes catedráticos das universidades, aos quais se delegava todo o poder de deliberação acerca dos assuntos acadêmicos, inclusive da pós-graduação (BALBACHEVSKY, 2005). Nesse período, que se estende até a década de quarenta, vários docentes chegaram da Europa na situação de refugiados ou em missão acadêmica, sendo que a eles era conferida uma cadeira na cátedra (*idem*). Nesse contexto, tais professores deram início a um informal sistema de pós-graduação que tinha como característica principal a relação de tutoria entre esses docentes e um pequeno número de alunos (*ibidem*). Esses primórdios da pós-graduação se deram quando da proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras e tinha o modelo europeu como principal referência. Na década de 1940, o Estatuto da Universidade do Brasil, em seu artigo 71 é a primeira oportunidade em que o termo pós-graduação surge num texto de lei (SANTOS, 2003). Posteriormente, na década de 1950, foram firmados diversos convênios entre escolas norte-americanas e brasileiras, fato que implicou em um grande fluxo de intercâmbio entre alunos, docentes e pesquisadores (*idem*).

Somente com a aprovação do Parecer 977 do Conselho Nacional de Educação, no ano de 1965, a pós-graduação é formalizada como novo nível do ensino superior e é regulamentada a distinção entre os níveis de mestrado e doutorado (*ibidem*).

Um importante e curioso fator histórico acerca da pós-graduação é a decisiva participação do governo militar em sua regulamentação e desenvolvimento. Segundo Kuenzer e Moraes (2005, p. 1344):

[...] O regime militar, como se sabe, possuía um traço acentuadamente nacionalista e ambicionava a construção de um Estado nacional forte, o “Brasil grande” [...] Entre seus planos estava o desenvolvimento de projetos tecnológicos de grande porte, como a construção das usinas nucleares, de imensas usinas hidroelétricas, de rodovias e ferrovias, de expansão das fronteiras na região amazônica, de investimento na indústria bélica e aeronáutica, na pesquisa espacial, nas telecomunicações. (KUENZER e MORAES, 2005, p. 1344).

Nesse cenário de investimentos em tecnologia e infra-estrutura, tornou-se crescente a demanda por profissionais qualificados para a condução de tal processo, fato que se aponta como fundamental para que o então governo brasileiro fomentasse substancialmente a formação e o desenvolvimento do sistema de pós-graduação, interna

e externamente às universidades (GERMANO; MORAES *apud* KUENZER E MORAES, 2005).

Haja vista o cenário político mundial da década de 1960, onde o Brasil se enquadrava numa condição de país subdesenvolvido, mantendo uma grande dependência econômica e cultural em relação às denominadas nações de primeiro mundo (SANTOS, 2003). Nesse contexto, a relação dos países periféricos com os desenvolvidos se dava pelo objetivo de ampliação do mercado consumidor no terceiro mundo, o que financiaria indiretamente a produção científica e tecnológica dos países ricos (*idem*).

Em virtude dessa lógica de importação de modelos acadêmicos dos países ricos, em 1965, o parecer 977 do Conselho Federal de Educação estabelecia a estrutura da pós-graduação brasileira nos moldes norte-americanos, assim, no *strictu sensu*, haveria os cursos de mestrado e doutorado independentes entre si, sem uma relação seqüencial entre os mesmos (SANTOS, 2003).

Numa visão crítica, Santos (2003) aponta, em seu estudo, para o que ele denomina de “contradições” da pós-graduação brasileira, onde se destacam [...] “a questão da dependência científica-cultural, o problema da incompatibilidade dos títulos e a questão do rigor dos mestrados acadêmicos” (p. 630). Segundo esse autor, a influência do modelo norte-americano se fez mais presente na estruturação dos cursos de pós-graduação, enquanto o aspecto da avaliação adotou vieses europeus não anglo-saxões (SANTOS, 2003). Hamburger, citado por Santos (2003), fez severas críticas à postura submissa da pós-graduação brasileira e defendeu esse nível de ensino passasse a considerar a realidade brasileira na construção dos currículos e do modelo de avaliação. Ainda segundo ele (*op.cit.*), o modelo brasileiro de pós-graduação reproduziu em quase totalidade o norte-americano, fato que evidencia a dependência cultural do Brasil em relação aos grandes centros. Há, no entanto, autores que apontam aspectos positivos nessa iniciativa brasileira. Segundo Góes, citado por Santos (2003), o modelo norte-americano de pós-graduação era naquele momento o que apresentava os maiores avanços, qualitativa e quantitativamente. Embora tenha elogiado a adoção do modelo norte-americano, o mesmo Góes (citado por Santos, 2003) pondera sobre as dificuldades em se mensurar até que ponto tal sistema seria adequado à realidade universitária brasileira. Corroborando este raciocínio, Gracianema, citado por Santos (2003) afirma que a simples transposição de um modelo, feita de maneira acrítica, pode implicar em sérias dificuldades para o sistema. Nesse sentido, Santos (2003) aponta

para o fato de que a pós-graduação brasileira padece de diversas contradições que decorrem dessa adoção de variados paradigmas estrangeiros:

[...] Não obstante a clara opção pelo modelo norte-americano de pós-graduação, percebe-se na estrutura dos mestrados brasileiros uma série de problemas devidos à adoção de aspectos e particularidades de modelos de outros países. Pode-se afirmar que a pós-graduação brasileira é híbrida, e por isso tem algumas disfunções. [...] Foram adotadas a estrutura dos cursos norte-americanos e a forma de avaliação dos europeus, a alta exigência dos mestrados europeus (não-anglo-saxões) e o baixo prestígio dos mestrados norte-americanos. (SANTOS, 2003, p.633).

No desenrolar de sua história, a pós-graduação brasileira passou por sucessivos planos de desenvolvimento, os denominados “Planos Nacionais de Pós-Graduação” (PNPG’s). Dentre as ações do I PNPG (1975-1979) destaca-se o fato de a integração da pós-graduação ao sistema universitário ter se tornado, portanto, domínio do estado (KUENZER e MORAES, 2005, p. 1345). Aliadas ao fomento governamental por meio de suas agências, essas ações do I PNPG tinham o objetivo de formar docentes e pesquisadores que conduziram a expansão do ensino superior e tecnológico (*idem*). Foram características marcantes deste período da pós-graduação brasileira os extensos currículos disciplinares onde havia grande carga de créditos e a centralidade na formação docente, além de um percurso formativo longo com tempo de titulação extenso e produção de dissertações com volume equivalente ao de teses (*ibidem*).

Com o advento do II PNPG (1982-1985) foi dada ênfase à melhoria da qualidade nos sistemas de ensino de graduação e pós-graduação, o que implicou na necessidade de um modelo de avaliação mais efetivo e institucionalizado (KUENZER e MORAES, 2005). Nesse sentido, a CAPES adotou medidas como o aprimoramento de formulários e a informatização da coleta de dados, formação de comissões especializadas para cada área de conhecimento, além das visitas técnicas *in loco* (*idem*). A criação de diferentes níveis de avaliação na CAPES demandou a busca por profissionais para a execução de tais funções, de modo que as Associações Nacionais de Pós-Graduação das diversas áreas do conhecimento passaram a ser consultadas na formação desses quadros (*ibidem*). Constituíram-se, então, comissões diversas para diferentes assuntos, tais como a avaliação dos cursos de pós-graduação, a seleção de bolsas no exterior, o reconhecimento de novos cursos, o apoio à pós-graduação *latu sensu* e as parcerias internacionais (KUENZER e MORAES, 2005). Essa participação mais ativa da

comunidade acadêmica no processo avaliativo da pós-graduação configurou a denominada “avaliação por pares” (MORAES *apud* KUENZER e MORAES, 2005).

Durante a vigência do III PNPG (1986-1989), a pesquisa ganhou enfoque nas políticas de estado, uma vez que este entendia aquela como o ponto de partida para a independência econômica do país (V PNPG 2005-2010). Embora houvesse clareza acerca deste objetivo do III PNPG, o tradicional enfoque avaliativo na docência ainda resistia a essas mudanças de orientação (KUENZER e MORAES, 2005).

Já nos anos 1990, apesar de todos os esforços de aperfeiçoamento da avaliação da CAPES, era consensual nesta agência, assim como na comunidade científica, o fato de que os critérios avaliativos estavam ultrapassados (FÁVERO *apud* KUENZER e MORAES, 2005). Nesse sentido, um novo formato de avaliação é empreendido entre anos de 1996-1997, enfocando a valorização da produção científica como principal indicador do desenvolvimento da pesquisa nacional (KUENZER e MORAES, 2005). Nesse contexto, surgiu a proposta da criação de Programas de Pós-Graduação em substituição aos cursos isolados de mestrado e doutorado (*idem*). Ainda nesta nova linha estrutural, a avaliação passou a valorizar a integração entre as linhas de pesquisa e os projetos, sendo estes os definidores curriculares das disciplinas e temáticos das teses e dissertações (*ibidem*).

Embora vários avanços sejam consensuais acerca deste novo modelo, alguns aspectos negativos podem ser apontados. O primeiro deles é o apego excessivo às métricas, onde somente os aspectos mensuráveis são valorizados. Tal fato provocou uma tendência à superprodução numérica de publicações em detrimento da qualidade destas, além da desvalorização de outros produtos de pesquisa considerados relevantes (KUENZER e MORAES, 2005).

Um dos aspectos quantitativos mais repercutidos pela CAPES é a regulação do tempo médio de titulação. O uso desta métrica na distribuição de bolsas e na atribuição da nota dos programas é a maneira pela qual a CAPES passou a estimular a redução do tempo de formação de mestres e doutores (KUENZER e MORAES, 2005). Entretanto, tal política tem provocado efeitos adversos como a queda de qualidade formativa, sobretudo do mestrado, considerado fundamental no amadurecimento do estudante para o doutorado (*idem*). Segundo Kuenzer e Moraes (2005), o prazo de 24 meses para titulação tem exposto os mestrandos a uma “maratona” de disciplinas e tem comprometido a qualidade das dissertações. Nesse sentido, os autores defendem que a

delimitação dos prazos de titulação prevejam flexibilizações que fomentem uma melhor qualidade dos trabalhos de conclusão (KUENZER e MORAES, 2005).

Uma grave constatação é feita acerca do produtivismo acadêmico quando da avaliação trienal 1998-2000. Segundo Horta, citado por Kuenzer e Moraes (2005), nesse período avaliativo, alguns programas com conceitos seis e sete, ao priorizarem a famigerada produção bibliográfica para manutenção de suas notas, tiveram importantes indicadores avaliados como inferiores à média geral, tais como o tempo médio de titulação, o número de orientandos por orientador e número de alunos titulados por orientador. Horta, citado por Kuenzer e Moraes (2005), mostra ainda como o sistema de avaliação pode perpetuar a boa avaliação dos programas de excelência e os baixos conceitos dos demais:

[...] Docentes de programas com alto conceito dedicam mais tempo à produção científica, garantindo, assim a manutenção destes conceitos e o financiamento por parte dos órgãos que consideram como fundamental o conceito no momento da distribuição das verbas [...] Entretanto, formam menos alunos, demoram mais para titulá-los e perdem mais alunos por abandono ou desligamento [...] Por outro lado, docentes de programas com baixo conceito buscam desesperadamente que todos os seus orientandos se titulem o mais rápido possível, para que seus programas não percam bolsas da CAPES [...] conseguem isto, mas publicam menos, seus programas mantêm seus baixos conceitos e, conseqüentemente, tornam-se menos competitivos no momento de disputar financiamento de outras agências. (HORTA *apud* KUENZER e MORAIS, 2005, p. 1350).

A supervalorização das publicações científicas qualificadas no processo avaliativo da CAPES é um ponto muito discutido pela comunidade acadêmica. Santos (2003) aponta para os fatores que influenciaram a adoção dessa tendência avaliativa e afirma que ela seja mais um reflexo da dependência econômica e cultural do Brasil em relação aos grandes centros, especialmente os Estados Unidos:

[...] Foi neste contexto de dependência em relação às nações centrais, que se deu a instalação da pós-graduação no Brasil [...] Uma sociedade dependente vincula-se a outra, supostamente mais organizada e desenvolvida, para estabelecer uma relação de “parceria subordinada” [...] Tal dependência, contudo, é extremamente nociva, mormente na área da pesquisa, uma vez que a compra de *know-how* estrangeiro se torna um mau negócio por desestimular as iniciativas de desenvolvimento tecnológico do país importador, limitando a formação de cientistas e pesquisadores [...] Nesse contexto, o valor do cientista depende do impacto internacional que seu trabalho tem e da consonância do tema de sua pesquisa com os interesses dos países desenvolvidos. (SANTOS, 2003, p. 629).

Nesse contexto, um primeiro aspecto passível de questionamento é a extensão da exigência de produção científica em nível internacional para todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, Santos (2003) apresenta a situação da área de ciências humanas:

[...] A internacionalização das publicações é um padrão totalmente adequado aos trabalhos nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas, cujos temas não estão, necessariamente, circunscritos a um espaço geográfico, cultural e histórico. A publicação em periódicos internacionais de trabalhos na área de Ciências Humanas é algo muito mais difícil e improvável. Como tornar viável a publicação internacional de um trabalho sobre os índios caiapós ou sobre o movimento dos sem-terra no Pontal do Paranapanema? Há, efetivamente, interesse das editoras estrangeiras por esses temas? (SANTOS, 2003, p. 631).

Ainda acerca deste tema, Hamburger, citado por Santos (2003), afirma que a normatização dos periódicos internacionais reflete unicamente os interesses e a realidade dos países desenvolvidos, significando assim que publicações de autores brasileiros tendem a não servir à própria realidade do país. Nesse sentido, Nunes, citado por Santos (2003) critica o fato de que o número de publicações em revistas de circulação internacional seja o parâmetro principal para o prestígio acadêmico e o indicador da qualidade da pesquisa nacional. O mesmo se pode afirmar sobre Mammana, citado por Santos (2003, p. 631), acerca da produção intelectual voltada para os “problemas da moda” ou “útil para os países desenvolvidos”.

O tema avaliação foi objeto de análise de consultores internacionais convidados pela CAPES em 2001. Esses avaliadores estrangeiros levantaram aspectos sobre a pós-graduação brasileira, dentre eles, o formato e o valor do mestrado, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a auto-avaliação. Nesse sentido, autores da FIOCRUZ realizaram um trabalho de pesquisa de opinião entre os integrantes do corpo docente desta instituição acerca das observações realizadas pelos convidados estrangeiros trazidos pela CAPES em 2001.

O primeiro aspecto abordado se refere à busca de uma melhor [...] “articulação entre política de avaliação e política para a pós-graduação” (MOREIRA, HORTALE e HARTZ, 2004, p. 30). Nesse quesito, as preocupações que se destacaram entre os docentes foram a ausência de padrões que repercutem em divergências entre os diferentes níveis de avaliação da CAPES (Presidente de Avaliação, Comitês de

Avaliação e Representantes de Área) e a ausência de critérios qualitativos na composição do processo avaliativo (*idem*).

No que diz respeito à periodicidade do acompanhamento e das avaliações, este foi o ponto de maior divergência entre os observadores estrangeiros e os docentes da FIOCRUZ. Aqueles sugeriram que a acompanhamento ocorresse a cada três anos e a avaliação a cada seis anos, o que dobraria os tempos atuais de acompanhamento anual e avaliação trienal (MOREIRA; HORTALE e HARTZ, 2004). Um dos docentes da FIOCRUZ entrevistados defendeu que um processo de avaliação anual facilita a coleta de dados e permite que atividades secundárias, de suma importância para o Programa, não sejam esquecidas, embora o mesmo docente acredite que a avaliação trienal seja a mais adequada para os programas novos (*idem*). Outro entrevistado, por sua vez, defendeu que houvesse um meio termo, de modo que o acompanhamento ocorresse a cada dois anos e a avaliação a cada quatro anos, o que seria mais congruente com o tempo de mandato dos coordenadores (MOREIRA; HORTALE e HARTZ, 2004).

No aspecto “critérios indicadores e índices”, houve praticamente consenso entre os docentes da FIOCRUZ e os consultores estrangeiros sobre o fato de que o nível de satisfação dos usuários do sistema de ensino não é levado em consideração no processo avaliativo (*idem*).

O excessivo enfoque dado às publicações em periódicos de grande circulação também foi visto como prejudicial. Para os docentes da FIOCRUZ e os avaliadores internacionais, a circulação das teorias é um importante componente do desenvolvimento científico, mas não o único (*ibidem*). Ainda relacionado a este tema emerge a questão da valorização do trabalho docente. Para um dos pesquisadores entrevistados, a avaliação precisa contemplar, de maneiras distintas, as atividades de ensino, orientação e pesquisa (MOREIRA; HORTALE e HARTZ, 2004). Nesse sentido, o entrevistado aponta o fato de que os perfis dos docentes são diversificados e, por essa razão, defende que um bom programa de pós-graduação é aquele que consegue melhor equilibrar as atividades de ensino, orientação e pesquisa dos seus integrantes, diferentemente do que ocorre atualmente, onde os mesmos docentes devem exercer as três atividades acadêmicas, embora enfocando a produção científica, indiferentemente do seu desempenho didático ou como orientador (*idem*). O mesmo entrevistado propõe como alternativa que o número de conclusões ou de desistências de curso seja contabilizado por orientador, e não por programa, como ocorre atualmente, uma vez

que, segundo o entrevistado, isso seria uma forma de estimular também melhorias nos aspectos do ensino e da orientação na pós-graduação (*ibidem*).

Os indicadores de avaliação atuais estão voltados para reforçar a figura do pesquisador, sobretudo daquele que publica em grande vulto nos periódicos ditos de impacto internacional. Esta foi uma considerável preocupação também corroborada pelos consultores estrangeiros em 2001: a de que a colocação do ensino como atividade secundária das universidades pode comprometer a formação de futuros cientistas (MOREIRA; HORTALE e HARTZ, 2004). Ainda segundo esses autores, os critérios atuais de avaliação da CAPES consideram como indicadores da qualidade de ensino [...] “(i) do volume e qualidade das publicações; (ii) da qualificação do corpo docente; (iii) das orientações programáticas; e (iv) da carga horária” (MOREIRA; HORTALE e HARTZ, 2004, p. 32). Dessa forma, não são considerados para avaliação desse quesito os métodos de ensino adotados pela instituição nem tampouco a satisfação de seus alunos com o processo (*idem*).

[...] Não é difícil perceber que, na atual avaliação dos programas de pós-graduação, não há praticamente espaço para qualificar o cientista como professor, abandonando-se a perspectiva pedagógica. Com isto, estamos de alguma forma reproduzindo o que se nega em discurso: a diferença do status social do cientista e do professor. (MOREIRA; HORTALE e HARTZ, 2004, p. 33).

Moreira, Hortale e Hartz (2004, p.33) trazem ainda importantes proposições dos consultores estrangeiros acerca do mestrado, onde, basicamente, sugerem que haja maior clareza na diferenciação entre este nível acadêmico e o doutorado, principalmente no que tange à “qualidade e abordagem dos temas de pesquisa”. Segundo os autores, os avaliadores internacionais criticam a excessiva valorização do mestrado no modelo avaliativo vigente e consideram um “desperdício” a concepção de mestrado como um antecedente ao doutorado (*idem*). Nesse sentido, há um ponto de divergência entre os docentes da FIOCRUZ e os consultores internacionais, que se refere à valorização do mestrado. Se para os referidos docentes o mestrado é fundamental no Brasil, haja vista as dificuldades regionais e a pouca experiência acadêmica para implementação de doutorados em algumas instituições, para os consultores internacionais, os doutorados e mestrados profissionais devem ser priorizados em detrimento dos mestrados acadêmicos (MOREIRA; HORTALE e HARTZ, 2004).

Complementando o seu raciocínio, os consultores estrangeiros destacam a ausência de “unidades de auto-avaliação que retroalimentem o sistema avaliativo e torne

compartilhada a sua responsabilidade que é hoje totalmente da CAPES”. Entretanto, para um dos docentes da FIOCRUZ entrevistados: [...] ”O problema não são as unidades de auto-avaliação, o problema é a cultura de auto-avaliação” (MOREIRA; HORTALE e HARTZ, 2004, p. 34).

Silva (2007) também alerta para o pensamento que atualmente predomina na CAPES, que é o da supervalorização da pesquisa científica de laboratório em detrimento da formação do pesquisador em seu aspecto docente e humanístico. O que se percebe no momento é a atribuição de grande importância às linhas de pesquisa e às publicações em periódicos de impacto, em detrimento dos debates públicos transcorridos em defesas de teses e monografias (*idem*). O referido autor, no entanto, não desconsidera a relevância da pesquisa científica qualificada e afirma que a formação docente e humanística deva ser igualmente valorizada. (*ibidem*). Nessa linha de pensamento, Silva (2007) aponta que a avaliação dos programas se faz indispensável, mas sugere que tal isonomia entre produção científica e formação de recursos humanos se reflita nos pesos dados a cada um desses aspectos acadêmicos em tal processo avaliativo. Não basta, portanto, que a produção científica seja qualificada, ela precisa ser reproduzida em seguidores (*idem*).

Em termos mais específicos acerca da pesquisa científica, Silva (2007) defende que a avaliação deva considerar como critérios de excelência científica a seriedade do veículo onde se publica o trabalho e o impacto que este produz na academia, entendendo-se por impacto o seu número de citações. A inovação dessa proposta está, no entanto, na valorização do impacto do trabalho e não do periódico onde foi publicado. Esta inclusive é uma das mais interessantes sugestões do referido autor, quando recomenda que a CAPES adote uma política de fortalecimento e internacionalização dos periódicos nacionais em detrimento da supervalorização restrita aos estrangeiros. Entretanto, isso não significa desprezar os veículos internacionais, mas inverter a ordem de prioridade atual, na qual a revista internacional é posta num patamar de superioridade em relação à nacional.

Kara-Júnior (2012) reafirma a supervalorização dos impactos dos periódicos no processo avaliativo da CAPES. No contexto de sua área de atuação, o autor aponta como principal dificuldade do programa de pós-graduação do qual participa o desinteresse dos alunos em se dedicar à pesquisa (KARA-JÚNIOR, 2012). Nesse contexto, o autor atribui boa parte dessa dificuldade ao fato de que os orientadores, embora possam ser tecnicamente competentes e respeitados no meio acadêmico,

frequentemente não conseguem atrair bons alunos, ou seja, nota-se aqui um obstáculo de ordem humana para esses docentes, no qual eles não têm trânsito eficiente e poder persuasivo sobre os discentes mais talentosos e motivados para a pesquisa (*idem*).

No sentido propositivo, Gatti *et. al* (2003) apresenta aspectos gerais do sistema de avaliação da CAPES e sugere uma série de medidas que tornem a avaliação de fato formativa e não coercitiva, que promova a recuperação de cursos mal avaliados, tendo os cursos de excelência como principais fomentadores desse processo, que apoiem os cursos recém-criados e que estimulem o fortalecimento dos cursos já consolidados. Segundo a referida autora, “[...] O modelo de avaliação da CAPES é bastante homogeneizador e tende a uma padronização dos programas” (GATTI *et. al.* 2003, p. 139). Gatti *et. al* (2003) propõe ainda que a avaliação seja descentralizada em comitês regionais, o que respeitaria as especificidades dos Programas e poderia promover uma melhor adequação desses às suas realidades. A referida autora critica ainda o aspecto temporal da avaliação, e sugere que os ciclos devam respeitar as características de cada área do conhecimento, diferentemente da sistemática atual, onde todos os Programas estão submetidos a avaliações trienais. Outra sugestão é que os Programas possam se submeter a avaliações no intervalo de um ciclo, caso seja necessário, visando a alterar conceitos no momento oportuno e evitando, assim, que um conceito baixo perdure em um Programa que, por exemplo, já esteja recuperado (GATTI *et. al.* 2003).

Por fim, a escala de avaliação também é um ponto de discussão na academia brasileira, sobretudo pela razão de que ela é o parâmetro para a distribuição dos recursos aos Programas. Segundo Gatti, *et al.* (2003), toda a atividade de um programa não pode ser resumida a uma letra ou número; portanto, é imperativo que este tenha um significado, que traga ao PPG um diagnóstico mais elaborado de sua realidade.

5. METODOLOGIA

O presente projeto de intervenção contará com a participação direta de todos os atores do PPG-ECMVS, orientadores, discentes e técnicos administrativos da secretaria acadêmica. A proposta aqui apresentada terá como referência o diálogo aberto entre coordenação, colegiado, servidores e alunos. Nesse sentido, uma série de tarefas e ações será programada para os três segmentos do programa, com o intuito de que seja alcançado o conceito seis pelo PPG-ECMVS na CAPES. O período para implementação

e execução do projeto deverá observar a necessidade de se produzirem resultados para o triênio 2013-2015, período que será foco da próxima avaliação trienal da CAPES que ocorrerá em 2016.

No que tange à secretaria do programa, esta deverá proceder a uma criteriosa análise sobre os pontos frágeis do relatório anual DATA CAPES, que, basicamente, diz respeito à precariedade do acesso e registro de determinadas informações sobre as atividades do PPG-ECMVS. Os resultados dessa análise deverão orientar as etapas posteriores do presente projeto, as quais visam suprimir tais fragilidades. Essa tarefa inicial deve ser de responsabilidade da secretaria, em virtude de que este setor é responsável pelo preenchimento do DATA CAPES e pela centralização das informações. Uma vez levantados tais aspectos, o secretário irá direcionar aos docentes e alunos do programa um questionário preliminar (ANEXO I) que terá a finalidade de verificar a existência ou não de uma sistemática de registro das informações referentes às atividades acadêmicas e de pesquisa. Vislumbra-se nesse momento a detecção das dificuldades enfrentadas por esses em organizar e fornecer tais informações para os relatórios DATA CAPES. Em complemento a esses dois primeiros procedimentos, será realizada também pelo secretário do PPG-ECMVS uma série de visitas aos programas da UFMG com conceito CAPES seis e sete, com o intuito de levantar as estratégias por eles adotadas para o preenchimento do DATA CAPES. Nesse processo, será dada ênfase aos pontos de dificuldade encontrados pela secretaria do PPG-ECMVS na etapa anterior do projeto. Tal medida tem o propósito de avaliar a aplicabilidade de estratégias bem sucedidas nos programas considerados de nível internacional da UFMG, de maneira a estimular e tornar mais efetiva a participação de alunos e orientadores no processo de coleta de dados. Parte-se do princípio, então, de que uma boa avaliação da CAPES passa necessariamente pela produção de um relatório consistente.

Uma segunda frente de ação se refere aos aspectos estritamente acadêmicos do programa e, portanto, envolverá diretamente os docentes, sobretudo do colegiado e da coordenação, além dos alunos. Nesta etapa, o planejamento será norteado pela última avaliação trienal (2010-2012) e pelas diretrizes repassadas pela coordenação da área de biodiversidade da CAPES, referentes às tendências de avaliação desta agência. Nesse sentido, será aplicado pela secretaria, em conjunto com a coordenação do programa, um segundo questionário (ANEXO II) com a finalidade de apurar as demandas de orientadores e discentes que, se atendidas, lhes possibilitariam o cumprimento das exigências da CAPES, a se destacar a qualificação da produção científica discente e

docente, de modo que haja uma redução da produção, concentrada em poucos pesquisadores, além da internacionalização do programa. Esta por sua vez pode ser traduzida num maior fluxo de alunos realizando estágio sanduíche no exterior, no aumento do ingresso de alunos estrangeiros no programa, no maior intercâmbio docente, principalmente através das parcerias com pesquisadores e instituições de fora do Brasil e com a adoção de estratégias para a elevação do denominado “fator H”⁶ dos docentes do PPG-ECMVS. Espera-se ainda que, nesse sentido, surjam propostas e críticas bem fundamentadas por parte dos docentes e alunos. O resultado desta segunda rodada de perguntas visa à implementação e regulamentação de políticas de fomento do programa. A distribuição e recolhimento dos questionários, bem como o tabelamento das respostas, serão de responsabilidade do secretário do programa.

A terceira etapa do presente projeto se dará no sentido do estabelecimento de metas que proporcionem ao programa a elevação do conceito CAPES para seis. Nesse contexto, será imprescindível a regulamentação de diversas matérias e a implementação de um controle que garanta o cumprimento das medidas adotadas (ANEXO III) e daquelas que entrarão em vigor. Algumas iniciativas já vêm sendo tomadas pela coordenação e colegiado do PPG-ECMVS, principalmente no que tange ao incremento da produção científica e ao controle do tempo de titulação, duas das métricas mais valorizadas pela CAPES. Apesar dessa constatação, as novas resoluções ainda não têm se mostrado tão efetivas, sobretudo pela deficiência de mecanismos de gerenciamento. Dessa forma, faz-se imperativa a necessidade de discussão sobre a criação de dispositivos de acompanhamento e aperfeiçoamento das resoluções em vigor, bem como a formalização de critérios para assuntos ainda não regulamentados, como por exemplo, a partição dos recursos financeiros do programa. Basicamente, as resoluções até então publicadas pelo programa têm a finalidade de estimular a produção científica qualificada dos discentes com a co-autoria dos orientadores, de maneira que o tempo de titulação se mantenha em patamares desejáveis e que sejam produzidas boas teses e dissertações. Nesta fase do projeto, além dos questionários produzidos nas etapas anteriores, será necessária a realização de audiências públicas com docentes e alunos,

⁶ [...] O Índice H, ou H-Index em inglês, foi criado em 2005 pelo físico J.E. Hirsch, da University of California. É uma proposta para quantificar a produtividade e o impacto de cientistas baseando-se nos seus artigos (papers) mais citados. Em outras palavras, o índice H é o número de artigos com citações maiores ou iguais a esse número. Exemplos que ajudam a ilustrar o conceito: um pesquisador com H = 5 tem 5 artigos que receberam 5 ou mais citações; um pesquisador com índice H 30 é aquele que publicou 30 artigos científicos, sendo que cada um deles recebeu ao menos 30 citações em outros trabalhos. Trabalhos menos citados não seriam considerados. Disponível em http://www.usp.br/celacc/img/indice_h.pdf, acesso em 24/04/2013.

com o intuito de buscar consenso ante os anseios de docentes e alunos para, se possível, satisfazê-los por meio de uma regra formal. É fundamental que desse processo surjam propostas de políticas de incentivo à produção científica e acadêmica de docentes e alunos e estratégias eficientes de divulgação e internacionalização do PPG-ECMVS, o que se acredita ser o passo decisivo rumo à elevação do conceito CAPES.

Assim, concluídas as etapas até aqui apresentadas, será executado um plano de ação que garanta o andamento dos trabalhos em direção ao alcance das metas pré-estabelecidas neste trabalho e o controle desse percurso, além da previsão de alternativas possíveis a este diante de possíveis eventualidades. Segue, no quadro abaixo, a proposta de plano de ação do presente projeto de intervenção.

5.1. Plano de Ação

PLANO DE AÇÃO	
EIXO 1 DIAGNÓSTICO	Realizar avaliação dos pontos frágeis do Relatório DATA CAPES;
	Realizar o preenchimento do Questionário 1 pelos docentes e alunos para aferir a existência ou não de uma sistemática de registro de informações sobre atividades acadêmico-científicas;
	Visitar os PPG's com conceito seis e sete para levantamento de estratégias bem sucedidas de coletas de dados;
	Realizar o preenchimento do Questionário 2 pelos docentes e alunos para levantamento das dificuldades em atender às exigências da CAPES e das sugestões de medidas de apoio a serem adotadas pelo PPG-ECMVS;
	Realizar audiências públicas para levantamento de pontos prioritários que serão alvos de políticas de fomento do Programa, visando ao fortalecimento da produção intelectual e a internacionalização do PPG-ECMVS;
	Levantar pontos fracos ou ameaças no que diz respeito a aspectos de regulamentação e metodologia no PPG-ECMVS;
	Mapear demandas e questões diversas junto à coordenação e ao colegiado do programa.
EIXO 2 PLANEJAMENTO DE METAS	Analisar as estratégias bem sucedidas dos programas com conceito seis e sete na CAPES, no que tange à construção do Relatório DATA CAPES, tendo em vista à sua aplicabilidade no programa;
	Realizar audiências públicas a fim de eleger procedimentos plausíveis apresentados pelos docentes e alunos para a implementação no programa de novas metodologias para elaboração dos relatórios DATA CAPES;
	Realizar audiência pública para discussão de mecanismos de gerenciamento das resoluções publicadas que visam a estimular a produção intelectual e ao controle do tempo de titulação;
	Discutir no colegiado e priorizar políticas para a internacionalização do programa, para o fomento da produção científica qualificada de discentes em parceria com os orientadores e para a recuperação de docentes em fase de baixa produtividade;
	Discutir matérias no colegiado para regulamentação de aspectos ainda desprovidos de regras formais no programa, prevendo, inclusive, mecanismos coercitivos para atrasos em atividades obrigatórias;
	Realizar reunião de colegiado para aprovação de matérias visando à regulamentação das novas metodologias de elaboração dos relatórios DATA CAPES, das políticas de fomento à produção intelectual e internacionalização do programa e dos demais aspectos ainda desprovidos de regra formal;
	Realizar reuniões com o colegiado para discutir os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade, e suas implicações, se adotados no modelo do programa;
Identificar junto ao colegiado as demandas de regulamentação e mudanças a curto, médio e longo prazo, tendo em vista o aprimoramento do programa.	
EIXO 3 INDICADORES E RESULTADOS	Aplicar no PPG-ECMVS as novas estratégias delineadas para a construção do Relatório DATA CAPES;
	Aplicar os mecanismos definidos para o gerenciamento das resoluções publicadas, que visam a estimular a produção intelectual e o controle do tempo de titulação;
	Aplicar as políticas definidas para a internacionalização do programa;
	Aplicar as novas regulamentações sobre os aspectos desprovidos de regra formal do programa;
	Mapear as atividades dos discentes egressos, identificar premiações, menções honrosas e a colocação desses egressos no mercado de trabalho;
	Identificar as contribuições do PPG-ECMVS para a ciência ecológica nos níveis nacional e internacional;
	Diagnosticar o diferencial do programa em termos de extensão, ensino e pesquisa.

5.2.Cronograma

AÇÕES		2014											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1	Realizar avaliação dos pontos frágeis do Relatório DATA CAPES;		X										
2	Realizar o preenchimento do Questionário 1 pelos docentes e alunos para aferir a existência ou não de uma sistemática de registro de informações sobre atividades acadêmico-científicas;		X										
3	Visitar os PPG's com conceito seis e sete para levantamento de estratégias bem sucedidas de coletas de dados;				X	X							
4	Realizar o preenchimento do Questionário 2 pelos docentes e alunos para levantamento das dificuldades em atender às exigências da CAPES e das sugestões de medidas de apoio a serem adotadas pelo PPG-ECMVS;		X										
5	Realizar audiências públicas para levantamento de pontos prioritários que serão alvos de políticas de fomento do Programa, visando ao fortalecimento da produção intelectual e a internacionalização do PPG-ECMVS;			X									
6	Levantar pontos fracos ou ameaças no que diz respeito a aspectos de regulamentação e metodologia no PPG-ECMVS;		X										
7	Mapear demandas e questões diversas junto à coordenação de colegiado do programa.			X									
8	Analisar as estratégias bem sucedidas dos programas com conceito seis e sete na CAPES, no que tange à construção do Relatório DATA CAPES, tendo em vista a aplicabilidade dessas no programa;					X							
9	Realizar audiências públicas a fim de eleger procedimentos plausíveis apresentados pelos docentes e alunos para a implementação no programa de novas metodologias para elaboração dos relatórios DATA CAPES;							X					
10	Realizar audiência pública para discussão de mecanismos de gerenciamento das resoluções publicadas que visam a estimular a produção intelectual e o controle do tempo de titulação;			X									
11	Discutir no colegiado e priorizar políticas para a internacionalização do programa, para o fomento da produção científica qualificada de discentes em parceria com os orientadores e para a recuperação de docentes em fase de baixa produtividade;				X								
12	Discutir no colegiado matérias para regulamentação de aspectos ainda desprovidos de regra formal do programa, prevendo, inclusive, mecanismos coercitivos para atrasos em atividades obrigatórias;				X								
13	Realizar reunião de colegiado para aprovação de matérias visando à regulamentação das novas metodologias de elaboração dos relatórios DATA CAPES, das políticas de fomento à produção intelectual e internacionalização do programa e dos demais aspectos ainda desprovidos de regra formal;						X						
14	Discutir com o colegiado os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade, e suas implicações se adotados no modelo do programa;											X	
15	Identificar junto ao colegiado as demandas de regulamentação e mudanças a curto, médio e longo prazo, tendo em vista o aprimoramento do programa.										X		

AÇÕES		2015											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1	Aplicar no PPG-ECMVS as novas estratégias delineadas para a construção do Relatório DATA CAPES;	X	X	X									
2	Aplicar os mecanismos definidos para o gerenciamento das resoluções publicadas que visam a estimular a produção intelectual e o controle do tempo de titulação;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3	Aplicar as políticas definidas para a internacionalização programa;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4	Aplicar as novas regulamentações sobre os aspectos desprovidos de regra formal do programa;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5	Mapear as atividades dos discentes egressos, identificando premiações, menções honrosas e colocação desses egressos no mercado de trabalho;				X	X							
6	Identificar as contribuições do PPG-ECMVS para a ciência ecológica nos níveis nacional e internacional;								X	X			
7	Diagnosticar o diferencial do programa em termos de extensão, ensino e pesquisa.								X	X			

6. ORÇAMENTO

1. Material de Consumo	Preço Unitário R\$	Quantidade	Valor Previsto R\$
Papel A4	15,00	10	150,00
Tinta Impressora	100,00	02	200,00
Caixa de arquivo morto	3,00	10	30,00
Caixa de canetas (50 unidades)	35,00	1	35,00
Caixa de lápis preto (50 unidades)	25,00	1	25,00
Calculadora digital	50,00	3	150,00
Sub Total	-	-	590,00
2. Serviços de Terceiros	Preço Unitário R\$	Quantidade	Valor Previsto R\$
Consolidado de questionário	500,00	02	1.000,00
Relatório de audiências e reuniões	1.500,00	03	4.500,00
Sub Total	-	-	5.500,00
ITENS	DESPESAS DE CUSTEIO		Valor Previsto R\$
1	Material de Consumo		590,00
2	Serviços de Terceiros		5.500,00
Total Geral			6.490,00

7. PARTICIPANTES DO PROJETO

O presente projeto contará com a participação direta e indireta dos funcionários técnico-administrativos da secretaria do programa, bem como de seus docentes orientadores e alunos. A atuação do colegiado do programa será fundamental para a implementação das medidas aqui previstas.

8. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A avaliação é o tema central do presente projeto de intervenção e, portanto, será contemplada processualmente ao longo do trabalho. Vários momentos avaliativos estão previstos para os anos de 2014 e 2015, com intuito de diagnosticar os efeitos práticos para o PPG-ECMVS das iniciativas aqui propostas. Pretende-se que as avaliações sejam contínuas e processuais envolvendo os docentes, alunos e pessoal técnico-administrativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos nesse processo. Sobre os novos procedimentos para preenchimento do DATA CAPES, o primeiro deles ocorrerá no mês de abril de 2015, quando será entregue o relatório DATA CAPES referente ao ano de 2014, período no qual serão implementadas as mudanças na sistemática de organização dos dados e elaboração do referido relatório. Vislumbra-se nesse momento aferir os reais efeitos das alterações realizadas. Já nos meses de abril, maio e junho de 2015, através da análise dos indicadores principais do programa, sobretudo publicação científica, tempo de titulação e internacionalização, pretende-se verificar o impacto das políticas e regulamentações aqui propostas. As avaliações citadas no presente projeto de intervenção serão realizadas em conjunto pela secretaria, coordenação e colegiado do programa.

Terá prioridade avaliativa do presente projeto o levantamento das atividades dos egressos do triênio 2013-2015 e, quando possível, serão realizadas entrevistas com esses atores, para coleta de opiniões acerca dos efeitos reais das iniciativas aqui propostas.

Por fim, no segundo semestre de 2015 está previsto um plano de avaliação final a fim de verificar se as metas foram alcançadas e a partir daí, visualizar novas metas que deverão estar presentes em um novo projeto para o triênio 2016-2018.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida**. Em: Colin Brock e Simon Schwartzman. (Org.). Os desafios da educação no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005, v. 1, p. 285-314.2005). Disponível em <http://archive.org/stream/Posgraduacao/2005beth>, acesso em 12/4/2013.

BRASIL. Conselho de Ensino Superior. **Parecer nº 977/65**, aprovado em 3 dez. 1965.

FÁVERO, O. **Reavaliando as avaliações da CAPES**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. A avaliação da pós-graduação em debate. São Paulo: ANPED, 1999.

FONSECA, Claudia. **Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo.** *Horizontes antropológicos* [online]. 2001, vol.7, n.16, pp. 261-275. ISSN 0104-7183.

GATTI, Bernadete; ANDRE, Marli; FAVERO, Osmar e CANDAU, Vera Maria F. **O modelo de avaliação da CAPES.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.22, pp.137-144. ISSN 1413-2478.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1993.

GÓES, P. **Aspectos administrativos da educação pós-graduada no Brasil.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 58, n.128, p. 224-231, 1972.

GRACIAREMA, J. **Pós-Graduação em ciências sociais na América Latina.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 58, n.128, p. 265-280, 1972.

HAMBURGER, E. **Para que pós-graduação?** Encontros com a civilização brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. **O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2005, n.30, pp. 95-116. ISSN 1413-2478.

KARA-JUNIOR, Newton. **A situação da pós-graduação *strictu sensu* no Brasil: instituição, docente e aluno.** *Rev. bras.oftalmol.* [online]. 2012, vol.71, n.1, pp. 5-7. ISSN 0034-7280.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Temas e tramas na pós-graduação em educação.** *Educ. Soc.*, Dez 2005, vol.26, n. 93, p. 1341-1362. ISSN 0101-7330.

LÜCK, H. **Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão.** Petrópolis: Vozes, 2003.

MAMMANA, C. Z. **O grande equívoco do almejado prestígio científico.** *Dados & Idéias*, São Paulo, v. 1 n. 5, p. 4-8, 1976.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010.** Brasília: CAPES, 2005.

MORAES, M. C. M. **Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias.** Em: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. (Org.). *A bússola do escrever.* São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 2002.

MOURA, D. G. de; BARBOSA, E. F. **Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais.** Petrópolis: Vozes, 2006.

NUNES, L. C. P. Análise da política de pós-graduação no Brasil. 1978. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Cássio Miranda dos. **Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil.** *Educ. Soc.* 2003, vol.24, n.83, p.627-641. ISSN 0101-7330.

SILVA, Alcino Lázaro da. **Pós-Graduação e Capes.** *Rev. Col. Bras. Cir.* [online]. 2007, vol.34, n.6, pp. 360-360. ISSN 0100-6991.

ANEXOS

ANEXO I QUESTIONÁRIO: GESTÃO DA INFORMAÇÃO

- 1- O respondente deste questionário é:
- Docente
 - Aluno
- 2- A forma pela qual você registra as informações de pesquisa e ensino é:
- Papel
 - Digital
 - Ambas as formas
 - Não realizo nenhuma forma de registro
 - Outras (Especifique) _____
- 3- Em seu laboratório existe um banco de dados sobre os seus colaboradores (alunos de graduação, autores e co-autores, parcerias nacionais e internacionais)?
- Sim
 - Não
- 4- Se hoje lhe fosse pedido, você conseguiria informar o CPF de todos os autores e co-autores com quem tem publicado trabalhos científicos?
- Sim
 - Não
- 5- Se hoje lhe fosse pedido, você conseguiria identificar o nome completo, sem abreviaturas, de todos os autores e co-autores com quem tem publicado?
- Sim
 - Não
- 6- Se hoje lhe fosse pedido, você saberia informar nome completo, data de matrícula, CPF e data de nascimento de todos os alunos de graduação sob sua orientação e que tenham publicado com você?
- Sim
 - Não
- 7- Caso tenha respondido negativamente uma ou mais das questões acima, aponte quais seriam os motivos:

ANEXO II
QUESTIONÁRIO: EXIGÊNCIAS DA CAPES E AS CONDIÇÕES PARA
ATENDIMENTO DAS MESMAS

- 1- O respondente deste questionário é:
- Docente
 - Aluno
- 2- O PPG-ECMVS atualmente dá condições para que docentes e alunos publiquem mais com maior qualidade, seguindo as exigências da CAPES?
- Sim
 - Não. Por que? _____
- _____
- _____
- _____
- 3- Quais dos problemas abaixo relacionados são obstáculos para a produção científica no PPG-ECMVS? Marque quantas opções achar necessário.
- Carência de apoio financeiro para pagamento de taxas de publicação e tradução de artigos e bolsas de mestrado e doutorado.
 - Carga de trabalho excessiva dos docentes, com encargos didáticos, serviços administrativos e pareceres diversos.
 - Curto prazo para defesa, tendo em vista a carga de créditos em disciplinas e outras exigências do PPG-ECMVS.
- 4- Os alunos do PPG-ECMVS são estimulados a realizar o estágio sanduíche?
- Sim
 - Não
- 5- O PPG-ECMVS apoia e estimula as parcerias internacionais de seus pesquisadores?
- Sim
 - Não
- 6- Como você avalia a visibilidade do PPG-ECMVS? (Considere a *web page*, o acesso às informações sobre os docentes, linhas de pesquisa e projetos, etc).
- Ótima
 - Boa
 - Regular
 - Ruim
 - Péssima
- 7- Em linhas gerais, que medidas o PPG-ECMVS poderia adotar para qualificar a produção intelectual de alunos e docentes e para se internacionalizar? (utilize o verso).

ANEXO III

AÇÕES EM ANDAMENTO
Resolução PPG-ECMVS 01/2012 – Exige publicação de artigo científico em periódico com classificação mínima B2 e co-autoria do orientador para exame de qualificação do doutorado.
Artigo 85º do Regimento do PPG-ECMVS de 2012 – Exige publicação de artigo científico em periódico com classificação mínima B1 e co-autoria do orientador para agendamento da defesa de tese de doutorado.
Resolução PPG-ECMVS 01/2011 – Exige que o orientador ou aspirante a orientador publique em média um artigo em periódico com classificação mínima Qualis A2, para se credenciar ou para renovar seu credenciamento.
Resolução 02/2011 – Prevê o bloqueio na oferta de vagas em editais de seleção para o orientador que tenha aluno em atraso de defesa, sendo o atraso acima de 03 meses no mestrado e de 06 meses no doutorado.
Resolução 02/2012 – Regulamenta o sistema de tutoria de projetos de teses e dissertações, tornando personalizado o acompanhamento dos trabalhos e reduzindo as possibilidades de atraso de defesa.

